

Jaíba II Holding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultado	7
Demonstrações de resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da

Jaíba II Holding S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jaíba II Holding S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Jaíba II Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Laércio G. Lucinda

Contador CRC 1SP241847/O-9

Jaíba II Holding S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.536	4.372	46	46
Contas a receber	6	1.181	1.416	-	-
Impostos a recuperar		520	337	1	-
Adiantamento a fornecedores		194	-	-	-
Despesas antecipadas		134	-	-	-
Dividendos a receber		-	-	30	30
Contas a receber com partes relacionadas	7	131	308	-	-
Outros ativos	8	-	1.286	-	-
Total do ativo circulante		4.696	7.719	77	76
Outros ativos	8	597	597	-	-
Depósitos vinculados	9	3.893	4.190	-	-
Investimentos em controladas	10	-	-	78.266	94.633
Imobilizado	11	194.097	206.581	-	-
Total do ativo não circulante		198.587	211.368	78.266	94.633
Total do ativo		203.283	219.087	78.343	94.709
Passivos					
Fornecedores e outras contas pagar	12	2.016	1.497	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	13.086	12.953	-	-
Outros tributos a recolher		50	240	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	7	1.466	223	-	-
Dividendos a pagar		93	93	93	93
Outras obrigações		171	-	-	-
Total do passivo circulante		16.882	15.006	93	93
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	106.910	108.332	-	-
Provisão para custos com desmobilização		1.241	1.133	-	-
Total do passivo não circulante		108.151	109.465	-	-
Patrimônio líquido					
Capital social	14.1	130.499	123.842	130.499	123.842
(-) Prejuízos acumulados	14.3	(52.249)	(29.226)	(52.249)	(29.226)
Total do patrimônio líquido		78.250	94.616	78.250	94.616
Total do passivo e patrimônio líquido		203.283	219.087	78.343	94.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaíba II Holding S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	15	16.947	20.073	-	-
Custos operacionais	16	(26.968)	(22.357)	-	-
Prejuízo bruto		(10.021)	(2.284)	-	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	(706)	(1.406)	(6)	(102)
Outras receitas e despesas operacionais	17.1	908	-	-	-
Resultado operacional antes da equivalência patrimonial		(9.819)	(3.690)	(6)	(102)
Equivalência patrimonial	10	-	-	(23.023)	(16.882)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(9.819)	(3.690)	(23.029)	(16.984)
Receitas financeiras	18	525	1.095	6	3
Despesas financeiras	18	(13.729)	(14.399)	-	(13)
Resultado financeiro líquido		(13.204)	(13.304)	6	(10)
Prejuízo do exercício		(23.023)	(16.994)	(23.023)	(16.994)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaíba II Holding S.A.

Demonstrações de resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	<u>(23.023)</u>	<u>(16.994)</u>	<u>(23.023)</u>	<u>(16.994)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(23.023)</u>	<u>(16.994)</u>	<u>(23.023)</u>	<u>(16.994)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaíba II Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024		<u>137.842</u>	<u>(12.232)</u>	<u>125.610</u>
Aumento de capital social	14.2	(14.000)	-	(14.000)
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(16.994)</u>	<u>(16.994)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024		<u>123.842</u>	<u>(29.226)</u>	<u>94.616</u>
Aumento de capital social	14.2	6.657	-	6.657
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(23.023)</u>	<u>(23.023)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025		<u>130.499</u>	<u>(52.249)</u>	<u>78.250</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaíba II Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(23.023)	(16.994)	(23.023)	(16.994)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa					
Equivalência patrimonial	10.2	-	-	23.023	16.882
Depreciação e amortização	11.1	13.478	10.435	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13.1	13.437	12.474	-	-
Juros de desmobilização do ativo imobilizado	11.2	108	99	-	-
Custo de transação de empréstimos pagos	13.1	142	664	-	-
Provisão de receita		(247)	700	-	-
Baixa do imobilizado	11.1	-	1.265	-	-
Resultado do exercício ajustado		3.895	8.643	-	(112)
Variação dos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		482	(816)	-	-
Impostos a recuperar		(183)	(200)	(1)	-
Contas a receber com partes relacionadas		177	-	-	-
Outros ativos		1.255	-	2	(30)
Fornecedores e outras contas pagar		519	(6.078)	-	(9)
Outros tributos a recolher		(190)	(167)	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas		1.243	-	-	(34)
Outros passivos		171	(926)	-	(62)
Imposto de renda e contribuição social a pagos		-	(117)	-	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		7.369	339	1	(247)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	13.1	(13.618)	(3.260)	-	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		(6.249)	(2.921)	1	(247)
Fluxo de caixa das atividades investimento					
Aporte de capital em controladas	10.2	-	-	(6.658)	-
Redução de capital em controladas	10.2	-	-	-	14.200
Aquisição de imobilizado	11.1	(994)	(1.249)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(994)	(1.249)	(6.658)	14.200
Fluxo de caixa das atividades financiamento					
Aporte de capital de acionistas	14.2	6.657	-	6.657	-
Redução de capital pago aos acionistas	14.2	-	(14.000)	-	(14.000)
Depósito vinculados		-	(516)	-	-
Dividendos pagos		-	93	-	93
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	13.1	(1.250)	(451)	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		5.407	(14.874)	6.657	(13.907)
Aumento (redução) de caixa equivalentes de caixa líquido		(1.836)	(19.044)	-	46
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	4.372	23.416	46	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	2.536	4.372	46	46
Aumento (redução) de caixa equivalentes de caixa líquido		(1.836)	(19.044)	-	46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Jaíba II Holding S.A. individualmente “Companhia” é uma Holding constituída, em 03 de fevereiro de 2021, e pelas disposições legais aplicáveis na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, que tem como controladora direta Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia. A Companhia está localizada na Avenida Roque Petroni Junior, 999 – 4º andar sala 545 – Vila Gertrudes – São Paulo – SP.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia abrangem a Companhia e sua subsidiária conjuntamente referida como “Companhia e sua controlada” ou simplesmente “Companhia”. A Companhia possui investimento em 01 (uma) Companhia que têm por atividade fim a geração de energia elétrica, especificamente energia solar.

A Jaíba SE1 Energias Renováveis S.A, está sediada no Município de Jaíba, Fazenda Marques, Estado de Minas Gerais.

1.1 Projeto de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2024, a Controlada direta da Companhia possui autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de energia solar, que lhes foi concedida em 28 de novembro de 2019:

Projeto Fotovoltaico	Portaria	Data da autorização	Prazo	Energia Instalada (MW médios)	Capacidade de
Jaíba SE1 Energias Renováveis S.A.	438/2019	28/11/2019	35 anos		40,0

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, a controlada direta da Companhia possui o seguinte contrato de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Jaíba SE1 Energias Renováveis S. A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial - CCVEIE	3,000	133,00	IPCA	01/01/2023 a 31/12/2034	Janeiro

1.3 Outras informações

A controlada direta da Companhia iniciou as operações dos parques fotovoltaicos em 01 de junho de 2023.

2 Relação de entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui controle direto de 01 (uma) Companhia, Veja abaixo a lista da controlada direta do grupo:

Participação	2025	2024
--------------	------	------

Jaíba SE1 Energias Renováveis S.A.

Direta

100%

100%

3 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pela Diretoria 30 de abril de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.1 Base de preparação - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2025, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 12.186 e R\$ 16 (R\$ 7.287 e R\$ 17 em 2024). Adicionalmente a Companhia apresentou prejuízo no exercício de R\$ 23.023 em 2025 (R\$ 16.994 em 2024) em suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

A Administração elaborou planos para suportar a posição de liquidez do Grupo. Nesse contexto, o plano de financiamento vigente contempla recursos provenientes da venda de outros projetos em nível Latam pertencentes à mesma estrutura societária do Grupo. Os recursos provenientes dessas transações serão direcionados para suprir as necessidades de caixa, as quais deverão contribuir para o fortalecimento da sua posição de liquidez.

Adicionalmente, a Administração vem conduzindo iniciativas com o objetivo de melhorar a estrutura de capital de giro do Grupo, incluindo: (i) atuação por meio das associações setoriais (ABSOLAR e ABEEólica), está tratando com o Ministério de Minas e Energia o ressarcimento do *curtailment*, conforme previsto na Lei nº 15.269/2025, visando aprimorar as condições de cálculo e metodologia de ressarcimento aplicáveis tanto a períodos passados quanto futuros; (ii) renegociação de contratos vigentes; e (iii) implementação de melhorias operacionais contínuas na usina.

Com base nas projeções de fluxo de caixa operacional e considerando o compromisso de sua controladora em prover suporte financeiro e adotar as medidas necessárias para assegurar a continuidade das operações do Grupo, a Administração concluiu que existem recursos suficientes para a manutenção das atividades operacionais no curso normal dos negócios.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico amortizado, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.3 Moeda Funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

- Nota 11 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 11 – Provisão para desmontagem (reconhecimento e principais premissas);
- Nota 19 – Instrumentos financeiros – (principais premissas para divulgação do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado).

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.6 Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas

nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Perda de controle*

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho e ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) *Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.7 *Moeda estrangeira*

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.8 *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.9 *Partes relacionadas*

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma

entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

O Grupo possui transações de conta corrente com outras empresas do Grupo que correspondem à compra dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas.

3.10 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

(iv) Depreciação

O Grupo considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de geração de energia fotovoltaica, por entender que essas taxas representam a vida útil dos ativos para o setor de energia elétrica.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado limitada ao prazo de autorização de 35 anos, conforme nota explicativa 1.1.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Central Solar	25 anos
Central Solar desmontagem	33 anos
Instalações	15-25 anos

3.11 Provisão de desmobilização

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

O Grupo reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas fotovoltaicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto de 9,19% e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pelo Grupo.

3.12 Redução ao valor recuperável (impairment)

a. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das

metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo realizou o teste de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros e concluiu que nenhuma provisão seria necessária.

3.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.14 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

3.16 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- ii. Ativos financeiro ao custo amortizado:
Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Grupo não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

d. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria do Grupo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, O Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os ativos ou os passivos medidos ao valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível que a input de valor justo com nível mais baixo que seja significativa para toda a medição.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do exercício de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

3.17 Cortes de geração (Curtailment)

O Grupo foi afetado ao longo do exercício de 2025 pelo crescimento dos cortes de geração de energia (*curtailment*), o que afetou diretamente a receita do Grupo e os custos com a compra de energia.

A regulamentação do *curtailment* iniciou-se com as usinas eólicas, por meio da suspensão dos ressarcimentos nos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e na Contratação de Energia de Reserva (CER), por meio do Despacho nº 2.303/2019, até a regulamentação do tema. Após dois anos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) regulamentou a disciplina por meio da Resolução Normativa (REN) nº 927/2021.

Os geradores fotovoltaicos tiveram um histórico de regulamentação semelhante, sendo que, as usinas solares do ACR e na CER tiveram o marco e a forma de ressarcimento estabelecidos, provisoriamente, em 2022, por meio do Despacho nº 1.407/2022. O Despacho nº 1.688/2022 aprovou a metodologia provisória do *curtailment*, possibilitando que as frustrações de geração das usinas solares fossem contempladas, provisoriamente, nos ressarcimentos apurados no âmbito dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) do tipo disponibilidade e dos CERs das usinas solares fotovoltaicas.

Apenas em 2023, a ANEEL publicou a REN nº 1.073/2023, que reconheceu o *curtailment* de usinas, trazendo uma metodologia transitória até a publicação de uma metodologia definitiva de ressarcimento, a qual estava em discussão por meio da Consulta Pública ANEEL nº 009/2025, que ainda não teve resolução publicada. Tanto a Resolução Normativa de eólicas quanto a de solares foram consolidadas na REN nº 1.030/2022.

É importante destacar que as usinas solares do Ambiente de Contratação Livre (ACL) só podem ser ressarcidas a partir de 01 de abril de 2024. Além dos períodos de contratação, a ANEEL incluiu na regulamentação outras regras, como:

- Apenas cortes classificados como “indisponibilidade elétrica” poderão ser ressarcidos.
- Atingir uma franquia de horas, a ser calculada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) a cada início de ano.

Entretanto, em 25 de novembro de 2025, a promulgação da Lei nº 15.269/2025 trouxe um novo ordenamento jurídico para os cortes ocorridos entre 01 de setembro de 2023 e a data de publicação da referida lei. Mediante a assinatura de um Termo de Compromisso com o Poder Concedente,

titulares de usinas solares e eólicas poderão fazer jus à compensação dos cortes por indisponibilidade externa, sem franquia de horas, e de confiabilidade elétrica. Como contrapartida, a compensação está condicionada: i) à renúncia do direito de discutir, nas vias administrativa, arbitral ou judicial, compensações pretéritas e ii) à desistência de eventual ação judicial em curso. Em decorrência da nova legislação:

- A CCEE, por meio dos Comunicados nº 937/25 e 971/25, suspendeu as recontabilizações, até que o tema seja integralmente regulamentado.
- O Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para discutir a minuta do Termo de Compromisso, cujo prazo de contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026.

Considerando os eventos acima descritos, ressalta-se que, até a data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração do Grupo não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e, portanto, de renunciar às ações judiciais relacionadas ao *curtailment*. Vale ressaltar que as deliberações finais do Grupo ocorrerão somente após as próximas deliberações sobre o tema. Consequentemente nenhum ganho relativo a compensação econômica pelos eventos de restrições nas operações foram reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

3.18 Reconhecimento da receita

A receita operacional do curso normal das atividades do Grupo é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos

No que tange a geração de energia, obrigação de desempenho acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades do Grupo é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b. Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras de resgate imediato, que são reconhecidas no resultado.

3.19 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício na Controladora e Consolidado são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis, vigentes para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, não impactaram a preparação destas demonstrações financeiras, conforme detalhado a seguir:

a. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

c. Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu uma ampla reforma no sistema tributário brasileiro. A nova estrutura prevê, entre outros aspectos, a substituição gradual de tributos atualmente existentes por um modelo de imposto sobre valor agregado dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios.

A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual, com período de transição previsto entre 2026 e 2033, durante o qual os tributos atuais serão progressivamente substituídos pelos novos tributos sobre o consumo.

A Administração do Grupo vem acompanhando a regulamentação e avaliando os potenciais impactos da reforma tributária em suas operações, incluindo possíveis efeitos sobre:

- a estrutura de custos e formação de preços;
- a apuração e recuperação de créditos tributários;
- a classificação e apresentação de tributos nas demonstrações financeiras; e
- os sistemas e processos relacionados à apuração fiscal.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar de forma confiável todos os impactos financeiros da reforma, uma vez que parte relevante das regras operacionais ainda depende de regulamentação por leis complementares e normas infralegais.

O Grupo continuará monitorando o desenvolvimento da legislação e revisará suas estimativas e políticas contábeis conforme necessário, divulgando eventuais efeitos relevantes em períodos futuros, em conformidade com os requisitos de divulgação previstos nas normas contábeis aplicáveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	-	639	-	-
Aplicações financeiras	2.536	3.733	46	46
	2.536	4.372	46	46

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes

conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme estabelecido pelo CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As aplicações financeiras da Companhia são de renda fixa e mantidas nas principais instituições financeiras do país. Tais aplicações possuem liquidez imediata e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia.

Essas aplicações referem-se substancialmente a aplicações automáticas remuneradas com base em taxa de mercado indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2025 e 2024 a remuneração dessas aplicações varia de acordo com o prazo de permanência dos recursos, com percentuais que podem chegar até 100% do CDI.

6 Contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
Clientes nacionais a faturar (*)	1.181	1.251
Clientes nacionais	-	165
	1.181	1.416

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal (nota fiscal) é emitido.

7 Operações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais de compra e venda de energia entre as empresas do Grupo. A controladora final da Companhia é a Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

	Consolidado	
	2025	2024
Balanco patrimonial		
Contas a receber com partes relacionadas (*)		
Canadian Solar Des. De Usinas Solares Ltda (BRDP)	131	308
	131	308

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a pagar com partes relacionadas (**)		
Recurrent Energy O&M Colombia S.A.S.	1.107	-
Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda (BRDP)	359	223
	1.466	223

	Controladora	
	2025	2024
Demonstração do resultado		
Receita operacional bruta (*)		
Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda (BRDP)	2.743	7.025
	2.743	7.025
Custo - Energia comprada para revenda (***)		

Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda. (BRDP)	(6.251)	(394)
	<u>(6.251)</u>	<u>(394)</u>

- (*) O saldo refere-se a venda de energia para BRDP em decorrência da necessidade da venda de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos.
- (**) Os valores referentes a outras contas a pagar com partes relacionadas refere-se a transações de energia das controladas para suprir a necessidade de energia para atendimento dos contratos.
- (***) O saldo refere-se à compra de energia da BRDP, em decorrência da necessidade de aquisição de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos.

7.1 Pessoal – chave da Administração

O Grupo optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A remuneração da Administração do Grupo é paga pela Canadian Solar desenvolvimento de Usinas Solares Ltda.

O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

O Grupo também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

8 Outros ativos

	2025	2024
Crédito de operação de importação (*)	597	597
Despesas antecipadas	-	538
Adiantamento a fornecedores	-	748
	<u>597</u>	<u>1.883</u>
Circulante	-	1.286
Não circulante	597	597

(*) Valor referente a operação de importação do período de construção.

9 Depósitos vinculados

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Bancos - Depósitos vinculados (*)	3.893	4.190	-	-
	<u>3.893</u>	<u>4.190</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (*) Depósito em garantia exigido pelo Banco do Nordeste “BNB”, credor do empréstimo contratado, para suportar qualquer inadimplência que possa vir a ocorrer.

9.1 Movimentação dos depósitos vinculados

	Saldo inicial em 2025	Resgate	Rendimento	(-) IRRF	Saldo final em 2025
Depósitos vinculados	4.190	(720)	499	(76)	3.893
	Saldo inicial em 2024	Depósito	Rendimento	(-) IRRF	Saldo final em 2024
Depósitos vinculados	3.674	200	344	(28)	4.190

10 Investimentos em controladas

	Controladora	
	2025	2024
Jaíba SE1 Energias Renováveis S. A	78.266	94.633
	78.266	94.633

10.1 Informações financeiras resumidas de controlada

Em 31 de dezembro de 2025:

Controlada	Participação		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido
Jaíba SE1 Energias Renováveis S.A.	Direta 100%		4.649	198.587	16.818	108.151	78.267

Em 31 de dezembro de 2024:

Controlada	Participação		Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido
Jaíba SE1 Energias Renováveis S. A	Direta 100%		7.674	211.366	14.942	109.465	94.633

O resultado do exercício de 2025 da controlada Jaíba SE1 foi prejuízo de R\$ 23.023. (Em 2024 R\$ 16.882)

10.2 Movimentação do investimento

Em 31 de dezembro de 2025:

	Saldo Inicial 2024	Aportes (*)	Equivalência patrimonial	Saldo final 2025
Jaíba SE1 Energias Renováveis S.A.	94.633	6.657	(23.023)	78.266
	94.633	6.657	(23.023)	78.266

(*) Aportes realizados ao longo do exercício 2025 estão relacionados no quadro abaixo:

Data do aporte	Detalhes do aporte	Quantidade de ações	Valor
10/07/2025	Aumento de capital	4.240	4.240
07/11/2025	Aumento de capital	2.417	2.417
Total de aportes		6.657	6.657

Em 31 de dezembro de 2024:

	Saldo Inicial 2023	Redução de capital (*)	Equivalência Patrimonial	Saldo final 2024
Jaíba SE1 Energias Renováveis S. A.	125.715	(14.200)	(16.882)	94.633
	125.715	(14.200)	(16.882)	94.633

(*) As reduções de capital social realizadas ao longo do exercício 2024 estão relacionados no quadro abaixo:

Data da redução	Detalhes da redução	Quantidade de ações	Valor
10/01/2024	Redução de capital	(14.000)	(14.000)
26/01/2024	Redução de capital	(200)	(200)
Total de aportes		(14.200)	(14.200)

11 Imobilizado

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Imobilizado em serviço	194.097	206.581	-	-
	194.097	206.581	-	-

A Companhia avaliou a existência de indicadores de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros e, em razão de um trigger de *impairment* identificado em 2025, realizou o teste de redução ao valor recuperável nesse exercício. Após as análises, concluiu-se que nenhuma provisão deveria ser reconhecida. Para o exercício de 2024, não foram identificados triggers que demandassem a realização do teste.

11.1 Movimentação do imobilizado – Consolidado

	<u>Central Solar</u>	<u>Central Solar Desmontagem</u>	<u>Instalações</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2024	<u>211.292</u>	<u>965</u>	<u>4.776</u>	<u>217.033</u>
Adições	1.249	-	-	1.249
Baixas	(1.265)	-	-	(1.265)
Depreciação do exercício	(10.245)	(30)	(162)	(10.437)
Saldo em 31 de dezembro 2024	<u>201.031</u>	<u>935</u>	<u>4.614</u>	<u>206.581</u>
Adições	994	-	-	994
Depreciação do exercício	(13.286)	(30)	(162)	(13.478)
Saldo em 31 de dezembro 2025	<u>188.739</u>	<u>905</u>	<u>4.452</u>	<u>194.097</u>
Taxa média de depreciação anual	4%	3%	4% - 6,67%	

11.2 Provisão para custo com desmontagem

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2024	<u>965</u>	<u>1.034</u>
Depreciação do exercício	(30)	-
Juros	-	99
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>935</u>	<u>1.133</u>
Adições	-	-
Depreciação	(30)	-
Juros	-	108
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>905</u>	<u>1.241</u>

A taxa de desconto utilizada para provisão de desmobilização é de 9,19%, conforme nota explicativa 3.11.

12 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2025	2024	2025	2024
Materiais e serviços (a)	<u>2.016</u>	<u>1.497</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	2.016	1.497	-	-

(*) Em 2025 e 2024, os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos parques de energia fotovoltaica.

13 Empréstimos e financiamentos

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
--	--------------------	---------------------

	2025	2024	2025	2024
Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)	119.996	121.285	-	-
	119.996	121.285	-	-
Circulante	13.086	12.953	-	-
Não circulante	106.910	108.332	-	-

13.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldo inicial 2024	Captação	Juros	(-) Pagamento de Principal	(-) Pagamento de Juros	(-) Custo de Transação	Saldo final 2025
121.285	-	13.437	(1.250)	(13.618)	142	119.996
121.285	-	13.437	(1.250)	(13.618)	142	119.996

Saldo inicial 2024	Captação	Juros	(-) Pagamento de Principal	(-) Pagamento de Juros	(-) Custo de Transação	Saldo final 2024
111.858	-	12.474	(451)	(3.260)	664	121.285
111.858	-	12.474	(451)	(3.260)	664	121.285

13.2 Cronograma de amortização da dívida

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	813
2027	2.352	1.849
2028	2.325	2.346
2029	2.904	2.903
2030 a diante	99.329	100.420
	106.910	108.332

13.3 Informações contratuais

	Emissão	Quantidade	Eventos de pagamentos	Remuneração	Emissão e vencimento	Saldo em 2025
Jaíba SEI Energias Renováveis S.A.	Banco do nordeste (BNB)	121.285	Juros e amortização do principal mensais, a partir de outubro de 2025	IPCA+6.19%	17/07/2023 e 16/03/2043	119.996

	Emissão	Quantidade	Eventos de pagamentos	Remuneração	Emissão e vencimento	Saldo em 2024
Jaíba SEI Energias Renováveis S.A.	Banco do nordeste (BNB)	110.000	Juros e amortização do principal mensais, a partir de outubro de 2024	IPCA+6.19%	17/07/2023 e 16/03/2043	121.285

(i) Covenants

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo mantinha contrato de financiamento com o BNDES, que possuem cláusulas restritivas de *covenants* qualitativos, relacionados a isenção de obtenção de carta fiança. A companhia realiza o acompanhamento dos *covenants* e em 31 de dezembro de 2025 não havia identificação de nenhuma quebra de *covenants* de acordo com o contrato de financiamento

(ii) Garantias

Os Empréstimos e financiamentos tem como garantia a alienação fiduciária de ações, bem como Garantia corporativa da Canadian Solar Inc e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital subscrito e integralizado está representado por 130.499 mil ações (em 31 de dezembro de 2024 123.842 mil ações) totalmente integralizadas, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

2025			
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	130.499	130.499	100%
	130.499	130.499	100%
2024			
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	123.842	123.842	100%
	123.842	123.842	100%

14.2 Movimentação do capital social

Data do aporte	Detalhes do aporte	Quantidade de ações	Valor
Saldo em 01 de janeiro de 2024		137.842	137.842
26/01/2024	Redução de capital	(14.000)	(14.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		123.842	123.842
10/07/2025	Aumento de capital	4.240	4.240
07/11/2025	Aumento de capital	2.417	2.417

Saldo em 31 de dezembro de 2025

130.499	130.499
130.499	130.499

14.3 Prejuízos acumulados

O Grupo apresentou em seu resultado o prejuízo do exercício de R\$ 23.023 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, totalizando um prejuízo acumulado em R\$ 52.249 (R\$ 16.994 em 31 de dezembro de 2024, totalizando em R\$ 29.226).

15 Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receita de venda de energia (*)	15.839	15.441	-	-
Receita de venda de energia – Partes relacionadas (**)	2.743	7.025	-	-
Impostos incidentes sobre vendas (***)	(1.635)	(2.393)	-	-
	<u>16.947</u>	<u>20.073</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (*) Receita é predominante no mercado ACL;
(**) Conforme demonstrado na nota explicativa 7;
(***) Regime não cumulativo sendo PIS (1,65%) e COFINS (7,60%).

Durante o exercício de 2025, o Grupo gerou 107.447 MWh (106.756 MWh em 2024), fornecido diretamente para cumprimento do contrato.

16 Custo dos serviços

	Consolidado	
	2025	2024
Depreciação	(12.833)	(10.434)
Encargos do uso da rede elétrica	(2.512)	(2.179)
Compra de energia	(2.270)	(6.809)
Compra de energia com partes relacionadas (*)	(6.251)	(394)
Operação e manutenção	(328)	(631)
Serviços de terceiros	(2.094)	(2.308)
Seguros	(571)	(688)
Outros	(109)	(5)
	<u>(26.968)</u>	<u>(22.357)</u>

(*) Conforme demonstrado na nota explicativa 7.

17 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de terceiros (*)	(690)	(1.197)	(6)	(85)
Tributárias	(15)	-	-	-
Viagens e estadias	(1)	(45)	-	-
Outros	-	(164)	-	(17)

(706) (1.406) (6) (102)

(*) Referem-se a despesa com prestação de serviços de consultoria, propaganda e marketing e despesas com cartório.

17.1 Outras receitas operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Distrato contratual (*)	908	-	-	-
	<u>908</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(*) Valor referente a Termo de Distrato ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica de Longo Prazo nº 16128/2020 ("Distrato") entre Jaíba SE-1 e BTG.

18 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	525	847	6	3
Variação Cambial	-	7	-	-
Outras	-	241	-	-
	<u>525</u>	<u>1.095</u>	<u>6</u>	<u>3</u>
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	(12.372)	(12.165)	-	-
Despesa com comissão	(1.120)	(1.736)	-	-
Juros de empréstimos	-	(128)	-	-
Multas e juros	(97)	(106)	-	-
Despesas bancárias	(32)	(78)	-	(2)
Juros de desmobilização de ativo imobilizado	(108)	(99)	-	-
Outras	-	(87)	-	(11)
	<u>(13.729)</u>	<u>(14.399)</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>
	<u>(13.204)</u>	<u>(13.304)</u>	<u>6</u>	<u>(10)</u>

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O Grupo possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é realizado por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa do Grupo bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa do Grupo são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez.

O Grupo não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

19.1 Classificação dos instrumentos financeiros:

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o

valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025 Valor justo	2024	2025 Valor justo	2024
Valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.536	4.372	46	46
Custo amortizado					
Depósitos vinculados	9	3.893	4.190	-	-
Total		6.429	8.562	46	46
Passivo					
Fornecedores e outras contas a pagar	12	2.016	1.770	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	119.996	121.285	-	-
Total		122.012	123.005	-	-

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025 Valor contábil	2024	2025 Valor contábil	2024
Valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.536	4.372	46	46
Custo amortizado					
Depósitos vinculados	9	3.893	4.190	-	-
Total		6.429	8.562	46	46
Passivo					
Fornecedores e outras contas a pagar	12	2.016	1.770	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	119.996	121.285	-	-
Total		122.012	123.005	-	-

O valor contábil representa uma aproximação razoável do valor justo, conforme descrito abaixo:

(i) Os saldos de caixa e bancos, contas a receber, contas a receber com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contas a pagar com partes relacionadas circulantes são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos; e

(ii) Os valores contábeis de empréstimos e financiamentos não circulantes são mensurados ao custo amortizado e divulgados pelo valor justo, que não difere materialmente dos valores contábeis, uma vez que as taxas de juros acordadas são consistentes com as taxas de mercado atuais.

19.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

a. Risco de mercado

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

b. Risco cambial

Em 2025 e 2024 a Companhia não está exposta a risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras ou vendas são denominadas.

c. Risco de juros

Análise de sensibilidade de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Com base nos dados disponíveis no Banco Bradesco, foi extraída a projeção dos indexadores CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

31 de dezembro de 2025

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	14,90%	12,13%	(12,13%)	(15,16%)	(18,20%)
	Índices	2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Aplicações financeiras		2.536	(308)	(385)	(461)

31 de dezembro de 2024

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	11,77%	14,83%	(14,83%)	(18,54%)	(22,25%)
	Índices	2024	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%

Aplicações financeiras	3.687	(547)	(683)	(820)
------------------------	-------	-------	-------	-------

31 de dezembro de 2025

	Variação	Cenário	Sensibilidade		
		Provável			
	2025	2026	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento de taxas, juros e índices - IPCA (IBGE)	4,30%	3,80%	3,80%	4,75%	5,70%
	Índices	2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos		119.996	4.560	5.700	6.840

31 de dezembro de 2024

	Variação	Cenário	Sensibilidade		
		Provável			
	2024	2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução do passivo	4,80%	5,60%	5,60%	7,00%	8,40%
	Índices	2024	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos		121.285	6.792	8.490	10.188

- (a) Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) – fonte - Bradesco Longo Prazo.
(b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - Fonte: Bradesco Longo Prazo.

d. Risco de crédito

É o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo		Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.536	4.372	46	46
Depósito em garantia	9	3.893	4.190	-	-
Total		6.429	8.562	46	46

O Grupo realiza operações com instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras apenas com instituições de primeira linha, cuja classificação de risco atribuída por agência de *rating* de referência dos principais montantes, é AA.br.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Em 31 de dezembro de 2025:

	Consolidado				
	Fluxo de caixa contratuais				
	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores	2.016	2.016	2.016	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	1.466	1.466	-	1.466	-
Empréstimos e financiamentos	119.996	280.151	3.567	10.974	265.610
	123.478	283.633	5.583	12.440	265.610

Em 31 de dezembro de 2024:

Consolidado	
Fluxo de caixa contratuais	

	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores	1.497	1.497	1.497	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	223	223	-	223	-
Empréstimos e financiamentos	121.285	259.771	3.247	9.458	247.066
	123.005	261.491	4.744	9.681	247.066

20 Provisões para perdas em processos administrativos e judiciais

O Grupo não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

21 Demonstrações dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as operações que não afetaram caixa nas operações do Grupo estão demonstradas a seguir:

	<u>Consolidado</u> 2025
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa	
Provisão para custos com desmobilização	108
	<u>Consolidado</u> 2024
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa	
Provisão para custos com desmobilização	99